

Estados é que poderá triunfar o respeito de todas as nacionalidades. Segundo os seus próprios teóricos, o Estado, não podendo reconhecer outros interesses além do seu, torna-se a negação mesma de qualquer justiça. As guerras entre governos perpetuam, pois, em lugar de a resolver, a questão das nacionalidades. Cada nacionalismo é exclusivo e só o internacionalismo os poderá conciliar todos.

Mas enquanto houver vencedores e vencidos, não de seguir-se umas às outras as tentativas de desforra e o militarismo por toda a parte há de continuar a ser considerado indispensável.

E, pois, necessária uma vitória que seja a vitória de todos, a vitória do direito universal contra todas as formas do privilégio e da opressão. E os trabalhadores só a podem alcançar deixando de ser os instrumentos cegos duma tirania qualquer.

Mas como?

O combate indispensável

A união faz a força, tem-se repetido incessantemente; e sem dúvida teremos que organizar de novo a solidariedade de todos os explorados e oprimidos. Mas esta organização, que no passado foi feita sobretudo de adesões passivas, deverá ser pelo contrário de vontades activas. Os factos acabam de nos provar que milhões de homens associados continuam a ser tam impotentes como os indivíduos insulados, quando a associação reconhece princípios equivocados ou contraditórios.

De que serve, com efeito, afirmarmos um antagonismo de classes, se nos proclamamos ao mesmo tempo solidários até à morte com a classe nacional inimiga, em todas as empresas sangrentas que ela tenta para fortalecer e estender o seu domínio e a sua exploração?

Que escopo maior e mais imediato pode a união dos proletários de todos os países alvejar, senão impedir que eles sejam forçados a matar-se uns aos outros aos milhões? Como não compreender que, antes de atingido esse resultado, é mais do que nulo o valor de qualquer outro? Que resta, na verdade, na espantosa crise que atravessamos, de todas as reformas e melhoramentos sindicais? E como não nos impressionar a timidez de que demos prova nas nossas reivindicações, em face dos sacrificios doidos consentidos por ordem e conta dos nossos amos mais odiosos?

Os Congressos internacionais operários sempre equivocaram ou protelaram qualquer decisão a tomar sobre a atitude em caso de guerra. Era, com esse simples facto, confessar a própria inexistência da Internacional. O socialismo não deve contentar-se com abomináveis hipocrisias como o cristianismo, que durante séculos proclamou a fraternidade e o amor, sendo ao mesmo tempo uma arma de escravização nas mãos dos privilegiados. Não é demais pedir a homens que se dizem irmãos o compromisso de não se trucidarem, sobretudo quando se contam aos milhões.

O supremo direito do homem

Para isso é preciso primeiro do que tudo afirmar o supremo direito do homem de dispor inteiramente da sua vida, em oposição a essa monstruosa pretensão do Estado de a empregar a seu talento, fazendo de nós ao mesmo tempo assassinos e vítimas. Ninguém deve ser constrangido a matar ou a fazer-se matar. Todo aquele regime que desconheça este princípio não pode pretender-se defensor da paz e fatalmente há de preparar de novo a guerra.

Mas se a guerra é produto do Estado, sendo tanto mais terrível quanto mais forte ele for, não nos devemos esquecer tampouco de que as suas causas são essencialmente económicas. «A causa das guerras modernas são sempre rivalidades em torno de mercados e do direito à exploração das nações atrasadas em indústria». As guerras são em suma uma condição de existência e de desenvolvimento do regime capitalista, que aliás se não destruirá de per si,

como pretendeu certa escola socialista, pelo próprio excesso do seu poder. Com efeito, sentimos perfeitamente que, depois da espantosa catástrofe que sofremos, sobretudo se a propaganda revolucionária continuar a ser nula nos países beligerantes ou não, o capitalismo continuará a reinar sem grande necessidade de se modificar, para operar ainda de modo a provocar uma nova carnificina.

Ora, não bastaria semelhante perspectiva para revoltar o proletariado internacional?

Qual deve ser a nossa acção

Iremos nós recomeçar, no ponto de vista económico, a pequena luta fatigante e illusória de ontem pelas mais enganosas melhorias? Em face dum mal enorme aplicaremos nós o menor dos remédios? e deixaremos triunfar mais uma vez no movimento operário a teoria do menor esforço? Após a batalha gigantesca, o desperdício inaudito de vidas e riquezas pela glória infame dos nossos amos, virão o pequeno cálculo e a timidez caracterizar de novo toda a acção dos explorados?

Notemos bem que, não atacando assim as causas mesmas dos morticínios periódicos que ensanguentam a humanidade, contribuiremos, com quase incrível cegueira, para o renascimento deles. Como não se compreende, em suma, que a paz exige o bem estar e a liberdade de todos e que a moderação nas reivindicações de justiça é um incitamento à iniquidade, uma verdadeira cumprida de com ela? Poderemos continuamente rejeitar a responsabilidade dos mais monstruosos crimes, quando, não só não fizemos tudo para os impedir, mas até tomámos larga parte neles?

Deve fazer-se ouvir a voz da razão, da rectidão e da independência, encaminhando-nos pela via revolucionária. Basta de obediência e túpida a esse ídolo hediondo: o Estado! Basta de privações, misérias e sacrificios pelo negócio e pela finança, indo dar necessariamente ao mais terrível dos flagelos: a guerra!

A situação de amanhã

Qual será a situação de amanhã?

As guerras de conquista, assim como as pretendidas guerras de libertação, sempre deixaram os povos numa miséria atroz. As modificações que a carta política do mundo poderá sofrer serão outros tantos motivos para novos conflitos, tanto mais que não há de ser sem dúvida alguma ditadas pelo espírito de justiça.

A crise actual ainda não viu a afirmação dum regime diverso do regime burguês, cujas forças concorrentes visam mais à exploração do que à criação e distribuição das riquezas e tem todas em vista um fim de escravização, nunca de emancipação.

As promessas de transformações democráticas, ainda que hajam de ser cumpridas — e é quase certo que o não serão — não podem iludir-nos. Os Estados vão achar-se todos em face de dívidas formidáveis e crescerá ainda mais a parte já excessiva do produto do nosso trabalho absorvida pelo imposto. A falta de impostos directos, veremos introduzirem-se novos monopólios de Estado, aumentando cada vez mais o poder formidável dos governantes de cada país e diminuindo na mesma proporção a liberdade dos governados. Não deixará de ser necessário o desafio nos armamentos para conservar, engrandecer ou constituir um império colonial; e ainda que se levasse a cabo o «exercício novo» do falecido Jaurès, apenas teríamos uma bem triste antecipação da educação militar da juventude e um aperfeiçoamento na formação e mobilização das forças de terra e mar. As declarações dos partidários da «nação armada» não podem deixar-nos a mínima dúvida a tal respeito.

A nossa acção futura

Seria quase pueril alargarmos mais para demonstrar que um regime não pode renovar-se a si mesmo indefinidamente e que as

forças de transformação social não podem achar-se dentro, mas fora dele. E' numa organização que rompa com o Estado, para não mais se lhe subordinar de modo algum, que a classe operária se vê forçada a buscar a sua salvação.

Por outro lado, sejam vencedores ou vencidos os capitalistas do nosso Estado nacional, prosperem ou pericitem os seus negócios, não devemos amanhã retomar simplesmente uma tarefa sindical que nos solidarize com os exploradores na boa e sobretudo na má fortuna. Que vem a ser uma acção que cessa precisamente no momento em que se agrava o mal contra o qual ela é destinada a lutar? E' assim no entanto que vemos sempre o sindicato declarar-se impotente, quando estala uma crise económica, fazendo a indústria que ele representa.

Não mais acção, logo que falta a procura de braços e grassa a desocupação; e uma actividade limitada a poucos melhoramentos dia a dia, sem nenhuma clara visão de futuro, quando progredem as especulações patronais. Como esperar assim poder um dia tomar a gerência da produção, realizar essa transformação económica que é a única capaz de garantir a paz?

Em face da grande tarefa

Tais são as questões angustiosas que a classe operária é chamada a resolver, e todos os que lhe ocultam o alcance ou preconizam soluções parciais, mais do que insuficientes são esteios e cúmplices do regime actual, não podendo livrar a sua responsabilidade das ruínas e assassinatos que elle executa.

Camaradas, trabalhadores.

A legalidade não tem saída tanto para as classes possuidoras como para as classes operárias.

A guerra não é, em resumo, senão a ruptura burguesa da legalidade estatutária, e é fatalmente feita por interesses contrários aos nossos.

Oponhamos-lhe a Revolução, a ruptura proletária internacional contra todas as leis de privilégio e opressão em nome da justiça, isto é, do interesse de todos.

No horrível momento da história dos povos que atravessamos, são necessárias grandes ideias, grandes decisões, grandes acções, é preciso que nos fortaleçamos, nos exaltemos e engrandecemos, não numa disciplina cega, numa submissão funesta, no esquecimento da nossa individualidade, dos nossos próprios sentimentos de humanidade, mas no amor da vida, de tudo o que a pode intensificar, embelezar e enobrecer, na necessidade de dignidade, de independência, de liberdade, na aspiração a uma vitória, uma alegria, uma felicidade, que sejam feitas da vitória, alegria e felicidade de todos, e acima de tudo na revolta de todo o nosso ser contra essa passividade universal em face dum crime colossal, que não tem nem pode ter razão nem desculpa.

Para terminar a grande guerra da burguesia e evitar para sempre o seu regresso, já não resta mais do que o recurso supremo da Revolução. Esta demanda, mais do que um desencadear de forças violentas que ensanguentem o mundo, uma invencível afirmação de consciência, de vontades, de inteligências, de corações, que não mais se submetam a nenhuma servidão mortífera, uma vasta obra de protesto, resistência e insurreição, que, cessada a carnificina, mostre a verdadeira, única e eterna glória na libertação, elevação e triunfo de todos, no expandir-se da solidariedade graças à qual em cada homem vive a humanidade inteira.

Viva a fraternidade dos povos!

Viva a Anarquia!

Genebra, Novembro de 1914,

Centro e Biblioteca de Estudos Sociais

Realisa-se no proximo sabado, 26 do corrente mez pelas 21 horas, uma assembleia geral neste Centro, sito á rua das Antas, 218, para nomear os seus corpos gerentes para o ano de 1915 e resolver outros assuntos,

RIDENDO

O belicoso Leote, ex-assanhado franquista, hoje enragé afonsista e moderno D. Quichote, quer que o «nosso» Portugal mande, por bem ou por mal, soldados p'rá guerra, a trote...

Houve alguém, na Lisboa amada, em conferencias que ele fez, que o refutou muita vez duma maneira atilada; Porem nada conseguiu, e o guerrista persistiu na propaganda encetada.

De forma que o cavaleiro duma bem triste figura, alardeando bravura, é da guerra um pioneiro... Mas—oh que dura lição—já gramou o *caparrão* por ser muito linguareiro...

Amilco.

Coisas historicas

14-1911—Amudsen descobre o polo sul.

15-1896—Concluem-se os julgamentos nos conselhos de guerra, em Monjuich, pedindo o delegado do ministério público, para os anarquistas presos, a bagatela de 28 condenações á morte e 50 condenações a prisão perpétua...

16-1893—Em Havana (Ilha de Cuba) publica-se o primeiro numero de *O Alarce*, semanário anarquista.

17-1913—Por causa das más condições do trabalho, dá-se na mina Vulcan, de Colorado (E. U. A.) uma violenta explosão, morrendo 38 operários.

18-1889—Um jovem nihilista mata o chefe da policia de Moscou (Rússia), que era um verdadeiro verdugo.

19-1913—Na Alemanha, o anarquista F. Kehler é condenado a seis semanas de prisão, por fazer propaganda antimilitarista.

20-1911—Sal, em Santiago do Chile um quinzenário anarquista, com o título, *O Produtor*.

Os socialistas italianos e a guerra

Os governos burgueses procuram lançar sobre os respectivos inimigos a tremenda responsabilidade primeira do conflito. Tudo isso é artifício, é mentira. «São elles os responsáveis solidariamente e solidariamente deverão responder por elle perante a história... As responsabilidades primas e fundamentais da guerra remontam ao actual sistema capitalista, baseado sobre as rivalidades internas das classes, externas dos Estados... O Partido Socialista confirma altamente a existência duma antitesa profunda e insanável entre guerra e socialismo, pois que, prescindindo de outras razões formidáveis, a guerra representa a forma extrema, por ser forçada, da colaboração de classes.

(Do manifesto *Contra a guerra*, de 22 de Setembro).

Se, apesar da nossa tenaz opposição, a guerra vier, sofrê-la hamos como a manifestação duma força brutal que fomos incapazes de vencer, mas a despeito disso não desarmaremos jamais, jamais nos confundiremos com os nossos inimigos, pois só com essa condição será possível retomar amanhã a nossa guerra.

Considerai que a guerra é a forma traiçoeira de colaboração de classes e que nós, os socialistas, não a podemos patrocinar. Tanto mais que não temos elementos para julgar a situação. Que sabemos nós do trabalho secreto das diplomacias? Quem conduziria a guerra? Porventura nós? Jamais! A monarquia. Quem faria a paz? O proletariado, após a guerra, continuaria escravo. A guerra seria liquidada pelos diplomatas, fora do povo, que não será interpellado para fazer a guerra nem para fazer a paz.

Para execrar a guerra, para a condenar, bastaria pensar que ela representa uma enorme violação da liberdade e da autonomia humana. O indivíduo, com a sua personalidade física, intelectual, moral, desaparece, é suprimido; ainda que não tenha a queda para o assassinato há-de matar ou fazer-se matar para glória do Estado...

A guerra não suprime só os partidos; aniquila os indivíduos. O Estado apropria-se dos indivíduos, como requisita os quadrúpedes. O homem deixa de ser, de sentir, de pensar; quem existe, sente, pensa por elle é o Estado... O proletariado perde a sua autonomia de classe e o último resíduo de liberdade, e perde o direito de escolha... E' terrível mas é também inaudito que subversivos desejem esta abolição da individualidade e da liberdade, isto é, desejem que o homem volte a ser uma pobre coisa submetida ao arbítrio dum poder criminoso e absurdo.

Nem convém ter illusões sobre os resultados da guerra. Antes que as classes, assim amalgamadas e confundidas, retomem cada uma a sua feição específica, há-de se passar muito tempo. Poderemos ter revoltas, não uma revolução. Dizer que esta guerra marcará o fim do militarismo é idiota. A própria Inglaterra formará provavelmente um exército permanente. O proletariado das nações vencidas não poderá lutar com esperanças de triunfar contra uma burguesia debilitada e necessitada de sossego; nas nações vitoriosas, o proletariado terá na sua frente o Estado com aumento de força e de prestígio.

BENITO MUSSOLINI

(Avanti de 10 e 13 de Setembro).

O ANÃO VAI PARA A GUERRA

O gigante apelou enfim para a cooperação do anão, e o anão sente-se todo desvanecido com a honra insigne de ser arrastado no turbilhão guerreiro... A pedido da poderosa Inglaterra, em obediencia aos velhos tratados, o pequeno Portugal vai mandar os seus soldados para combater os alemães.

Invocam-se os velhos tratados. O que se não disse contra esses «unilaterais» tratados no tempo famoso da opposição republicana! A minha adolescência foi educada nessa pregação inflamada. Os poetas nacionais cantavam o ódio aos «piratas». A *Portuguesa*, hoje hino oficial, consagrada em 1891 pela revolta do Porto exprime um colérico protesto contra a humilhação dum ultimatum espoliador, que os tratados de aliança não tinham impedido:

Seja o eco duma afronta o sinal do ressurgir...

Hoje, o eco da referida afronta repercute-se todo em hosanas á velha Albão usurpadora; e o partido republicano, que deve o seu primeiro crescimento e o 31 de Janeiro á guerra feita á aliança inglesa, dedica-lhe neste momento a ode mais entusiástica.

Mais uma vez se verifica que o ponto de vista do governo não é o ponto de vista da opposição; e que, quando se pretende conquistar o poder, tudo se diz sem consequências nem compromissos...

O governo português, alegando a fidelidade aos tratados, celebrados sob o regime absoluto sem consulta nem sciência do povo (como, aliás, se faria hoje, em época de ficção parlamentar), andou a meter á cara da Inglaterra o apoio das suas tropas—ávido de consolidar o regime republicano e de garantir a independência nacional, apesar do respeito das pequenas nacionalidades solenemente afirmado pela Grã-Bretanha e por ela candidamente apresentado como razão justificativa da sua intervenção na actual contenda...

E' uma bem triste dependência para uma tal independência!

Depois, segundo parece, é também necessário fazer o sacrificio para conservar as «nossas» colónias, intangível dogma nacional, que os sacerdotes do patriotismo defendem com zelo ardente. E' preciso conservar as colónias para os capitais estrangeiros e para vazão da boa burocracia portuguesa, civil e militar.

Mas, é claro, quem faz o sacrificio é o sobretudo o pobre,